



## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

### XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 2020

## ACESSO À INFORMAÇÃO EM SAÚDE PELOS USUÁRIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO SUS: UMA REVISÃO DE LITERATURA DE 2014 A 2020

**DOURADO E. B.<sup>1</sup>; ALENCAR B. R.<sup>2</sup>**

1. Pesquisador bolsista, graduando em Medicina, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: eusvaldobarbosa@gmail.com
2. Orientador, DSAU, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: alencarbruno@yahoo.com.br

**PALAVRAS-CHAVE:** Acesso à informação em saúde; Atenção Primária em Saúde; SUS.

### INTRODUÇÃO

A saúde é um direito fundamental do ser humano. De acordo com a Lei nº 8080/90, é o Estado que deve prover a manutenção desse direito, garantindo a redução de riscos de doenças e agravos e estabelecendo condições para o acesso igualitário e universal aos serviços de promoção, proteção e recuperação em saúde. Em contraponto, o dever do Estado não isenta o das pessoas, sendo por isso, necessário entender como a acessibilidade e o acesso à informação pela população são fundamentais na aplicação do conceito de saúde.

No Brasil, dentro da Atenção Primária em Saúde (APS), a Estratégia Saúde da Família (ESF) destina-se a manutenção do bem estar dos usuários com medidas de promoção em saúde e prevenção de agravos, por meio da busca ativa nas comunidades e equipes multiprofissionais nas unidades. Para garantir a utilização dessa porta de entrada, tanto usuários quanto os provedores dos serviços precisam ter acesso à informação e reconhecer os direitos e deveres envolvidos nesse processo (HEIMANN, 2011). Entendendo a importância da orientação em nível familiar e comunitário para os usuários do SUS, informações objetivas possibilitam que esses desfrutem da acessibilidade fornecida pela ESF. De acordo com Starfield (2002), a acessibilidade está ligada a características da oferta em saúde, já o acesso entende-se pela forma como as pessoas percebem a acessibilidade, pois a forma como percebem a disponibilidade do serviço pode afetar a decisão de procurá-lo.

A garantia do direito à informação em saúde, além das leis, depende de políticas públicas de informação, e a melhor estruturação do país no que tange ao acesso, coleta, armazenamento, qualificação, análise e disseminação de informações. Apesar de possuir marcos legais explícitos, o direito à informação em saúde no Brasil ainda precisa ter o seu exercício materializado na atual prática informacional (CAVALCANTE et al., 2014). Assim, o objetivo deste artigo é analisar os estudos científicos sobre acesso à informação em saúde para os usuários do SUS, publicados entre os anos de 2014 e 2020.

### METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão sistemática, no qual foram analisados artigos das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e PubMed nos idiomas inglês e

português, entre 2014 e 2020, de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto. Para isso foi utilizada uma metodologia dialética com a realização de uma leitura inicial de reconhecimento do material, seguida de leituras exploratória e seletiva, a partir da qual ocorreu a escolha dos artigos, uma leitura crítica e por fim a leitura interpretativa (SALVADOR, 1986). Os descritores utilizados de forma combinada foram: acesso à informação de saúde; atenção primária; SUS; access to information; primary health care; unified health system. Os critérios de inclusão adotados foram: (a) publicação entre 2014 e 2020; (b) coleta de dados realizada no Brasil; (c) artigo original de pesquisa (artigos de revisão não foram incluídos) (d) participação dos usuários e/ou profissionais da APS. As buscas foram realizadas entre os dias 23/01/2020 e 20/03/2020, nas quais foram encontrados um total de 71 artigos, 11 desses estavam duplicados e foram excluídos. Os 60 restantes tiveram seus resumos lidos e desses, 14 foram selecionados para leitura completa. Ao final, obteve-se um total de seis (6) artigos, dos quais as informações foram analisadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os critérios estabelecidos para esta revisão, os estudos foram realizados apenas nas regiões sudeste e nordeste do Brasil. O quadro 1 apresenta estudos que buscaram avaliar o acesso à informação na percepção dos usuários e profissionais de saúde.

Quadro 1: Estudos sobre acesso à informação em saúde para usuários da Atenção Primária do SUS

Autoria (ano da publicação)	Periódico	Local de estudo	Instituição responsável pelo estudo
ALMEIDA et al., 2017	Revista CoDAS	São Paulo (SP)	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)
FERREIRA et al., 2017	Revista Ciência Plural	Santa Cruz (RN)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
FERREIRA et al., 2018	Revista da Escola de Enfermagem da USP	São Paulo (SP)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
FRANZON et al., 2019	Caderno de Saúde Pública	Ribeirão Preto (SP)	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (FMRP-USP)
LIMA et al., 2015	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Recife (PE)	Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães Fiocruz-NESC. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
PINTO; ROCHA 2016	Ciência & Saúde Coletiva	Rio de Janeiro (RJ)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fonte: Elaboração própria

Com amostras que variaram de seis (6) a 1210 participantes, a maioria dos estudos buscou avaliar serviços ligados a APS, a partir da perspectiva de usuários e profissionais. Dois estudos utilizaram o instrumento *Primary Care Assessment Tool* (PCATool) (ALMEIDA et al., 2017; FERREIRA et al., 2017). O primeiro avaliou a percepção de 93 usuários com e sem deficiência, relacionada aos atributos essenciais e derivados da APS, em um estudo transversal observacional. O segundo apresentou, a partir da versão do PCATool para crianças, a avaliação do atributo essencial coordenação do cuidado em serviços de puericultura, a partir da perspectiva dos responsáveis de 186 crianças em um estudo quantitativo e de caráter descritivo.

Almeida e outros (2017) destacaram que não houve diferença significativa na percepção dos usuários com e sem deficiência quanto aos atributos da APS. O escore geral encontrado (6,5) foi um pouco abaixo dos valores considerados elevados pelo instrumento PCATool ( $\geq 6,6$ ). Quanto aos itens ligados à orientação e informação, destacaram: coordenação ligada aos sistemas de informação (6,6) e orientação familiar (6,37), orientação comunitária (5,58) e acesso ao primeiro contato - acessibilidade (4,60).

Ferreira e outros (2017) destacaram como a disponibilidade dos prontuários e informações sobre as crianças favorecem a melhoria da continuidade do cuidado, que se torna perdurável, corroborando com a definição de acesso postulada por Starfield (2002), no qual a forma como a população percebe a disponibilidade do serviço afeta a decisão de procurá-lo.

Ferreira e outros (2018), apresentaram uma história oral temática com o menor grupo amostral entre os estudos, seis (6) profissionais da ESF de cinco (5) UBS. Destacaram ainda como o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica tem permitido a reflexão, planejamento e integração dos profissionais nas ações em saúde. Além disso, a autonomia alcançada pelas equipes de saúde nesse processo junto ao importante papel do ACS na coleta das informações favoreceu o acesso aos serviços e resolução de impasses.

Franzon e outros (2019), com o objetivo de avaliar o efeito da intervenção pelo programa de comunicação via mensagens curtas de textos no celular para gestantes atendidas no pré-natal do SUS (PRENACEL), realizaram um ensaio aleatorizado por conglomerados paralelos, formando então dois grupos, um de intervenção com 770 mulheres e um de controle, com 440 mulheres gestantes que receberam atenção pré-natal padrão. O PRENACEL, a partir de um sistema informatizado de envio de mensagens eletrônicas, disponibilizou informações de acordo com a idade gestacional de cada participante com o envio de 21.703 mensagens. Além desse envio automático, apresentou-se como um canal bidirecional de comunicação, com o recebimento de mensagens espontâneas com dúvidas e comentários das gestantes.

Lima e outros (2015), em um estudo de caso qualitativo, avaliaram os elementos que influenciaram o acesso aos serviços da APS, destacando as barreiras do acesso e os elementos facilitadores para o uso dos serviços de saúde. Em relação as barreiras, destacaram como a falta de informação dos usuários, relatada pelos profissionais, sobre o que é ofertado a nível da APS, dificulta o funcionamento das unidades e gera insatisfação na população, somando-se ainda as condições socioeconômicas precárias desses usuários, o que gera uma barreira importante para a acessibilidade e acesso aos serviços.

Pinto & Rocha (2016), avaliaram a implementação da Rede OTICS-RIO no apoio e formação dos trabalhadores do SUS, disseminação de dados e comunicação em saúde, além da qualificação e gestão da informação em atenção primária em saúde. Apresentando de forma indireta e quantitativa a participação dos usuários e profissionais de saúde ligados a ESF, através do acesso a blogs e outras plataformas virtuais da rede, que promoveram boas práticas de comunicação e informação para a população.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta revisão apresentou uma perspectiva geral sobre o acesso à informação em saúde pelos usuários do SUS e como estes avaliam o desempenho dos serviços da APS. Apesar dos diferentes perfis de usuários e serviços avaliados, percebe-se a importância do acesso à

informação em saúde, um vez que esse possibilita o empoderamento dos indivíduos e afeta consequentemente a consolidação da Atenção Primária do SUS. A reduzida participação por parte da população no controle social, relacionada aos Conselhos e Conferências em Saúde, apresenta-se como uma barreira no processo de democratização das informações, que acabam não chegando aos usuários, gerando também a ocultação de problemas particulares a cada comunidade que carece de estratégias específicas de cada equipe.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. M.; PACHECO, S.; KREBS, S.; OLIVEIRA A. M.; SAMELLI, A.; MOLINI-AVEJONAS, D. R.; et al. Avaliação da atenção primária em saúde por usuários com e sem deficiência. **CoDAS**, São Paulo, v. 29, n. 5, e20160225, 2017.
- CAVALCANTE, R. B.; PESSALACIA, J.D.R.; PINHEIRO, M.M.K.; WATANABE Y.J.A.; SILVA T.I.M; SILVA, C.J. Direito a informação em saúde no Brasil: em busca da legitimação. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, Minas Gerais, p. 1004-1018, 20 jan. 2014.
- FERREIRA, L. R.; SILVA JÚNIOR J.A.; ARRIGOTTI T.; NEVES V.R.; ROSA A.S. Influences of the program for access and quality improvement in work processes in primary care. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 52, e03407, 2018
- FERREIRA, T. L. S.; SOUZA, A. M. G.; MEDEIROS, J. S. S.; ANDRADE, F. B. Evaluation of the attribute coordination of care in childcare services in Primary Health Care. **Rev. Ciência Plural**, Rio Grande do Norte. v. 3, n. 1, p. 98-107, 2017.
- FRANZON, A. C. A.; OLIVEIRA-CIABATI L.; BONIFÁCIO, L. P.; VIEIRA, E. M.; ANDRADE, M. S.; SANCHEZ, J. A. C. et al. Estratégia de comunicação e informação em saúde e a percepção de sentir-se preparada para o parto: ensaio aleatorizado por conglomerados (PRENACEL). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 10, e00111218, 2019.
- HEIMANN, L. S.; IBANHES, L. C.; BOARETTO, R. C.; CASTRO, I. E. N.; TELES JÚNIOR, E.; CORTIZO, C. T.; et al. Atenção primária em saúde: um estudo multidimensional sobre os desafios e potencialidades na Região Metropolitana de São Paulo (SP, Brasil). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro v. 16, n. 6, p. 2877-2887, 2011.
- LIMA, S. A. V.; SILVA, M. R. F; CARVALHO, E. M. F.; CESSE, E. A. P.; BRITO, E. S. V.; BRAGA, J. P. R. Elementos que influenciam o acesso à atenção primária na perspectiva dos profissionais e dos usuários de uma rede de serviços de saúde do Recife. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 635-656, Jun. 2015.
- PINTO, L. F.; ROCHA, C. M. F. Inovações na Atenção Primária em Saúde: o uso de ferramentas de tecnologia de comunicação e informação para apoio à gestão local. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1433-1448, maio. 2016.
- SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- STARFIELD, B. Acessibilidade e primeiro contato: a “porta”. In: STARFIELD, B (org). **Atenção Primária – equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Ministério da Saúde; 2002. p. 220-45.